PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO Nº /2012 – VIII ENAT

Protocolo de Cooperação que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Estado de São Paulo e o Distrito Federal, por intermédio de suas Secretarias de Fazenda, e os Municípios das Capitais, por intermédio da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais, objetivando instituir Grupo de Trabalho para analisar questões relativas à normatização e à execução da tributação das operações negociadas e executadas por meio virtual e das pessoas envolvidas nestas operações.

A **UNIÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, doravante denominada **RFB**, neste ato representada pelo Secretário da Receita Federal do Brasil, o **ESTADO DE SÃO PAULO** e o **DISTRITO FEDERAL**, por meio de suas **SECRETARIAS DE FAZENDA**, doravante denominadas **SEFAZ**, e os **MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS**, representados pela **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS**, doravante denominada **ABRASF**,

considerando o disposto no inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, segundo o qual as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma de lei ou convênio;

RESOLVEM celebrar o presente Protocolo de Cooperação, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os partícipes se comprometem a instituir Grupo de Trabalho para analisar questões relativas à normatização e à execução da tributação das operações negociadas e executadas por meio virtual e das pessoas envolvidas nestas operações.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em relação às normas tributárias vigentes, o Grupo de Trabalho deverá:

I – propor regras para adaptar:

a) as legislações do Imposto de Importação (II), do Imposto de Exportação (IE), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), inclusive quando incidentes na importação, a fim de alcançar as transações econômicas contratadas e executadas em meio virtual;

b) a legislação relativa à tributação de transações comerciais que envolvam bens intangíveis; e

II - avaliar a necessidade de esclarecimentos acerca das hipóteses em que a aquisição de softwares, via *download*, está sujeita ao ICMS ou ao ISSQN.

CLÁUSULA TERCEIRA – Em relação à sistemática de fiscalização das operações negociadas e executadas por meio virtual e das pessoas envolvidas nestas operações, o Grupo de Trabalho deverá:

I – analisar a conveniência e a necessidade de:

a) estabelecer definições tributárias referentes ao Marco Civil da internet, cujo projeto, se aprovado pelo Congresso Nacional, definirá princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil e determinará as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria;

b) exigir que:

1. os agentes internacionais prestadores de serviços não presenciais ou intermediários dessa modalidade de prestação de serviços tenham estabelecimento permanente no Brasil ou se façam representar na forma da legislação a ser construída;

2. as páginas eletrônicas indiquem um estabelecimento ou um responsável por suas ações;

c) adaptar:

1. os códigos do Código Fiscal de Operação (CFOP) para discriminar as operações sujeitas ao ICMS negociadas ou executadas em meios eletrônicos;

2. a identificação do item e subitem da lista de serviços da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para discriminar as prestações de serviços sujeitas ao ISSQN negociadas ou executadas em meios eletrônicos;

d) instituir:

1. a obrigatoriedade de emissão de nota fiscal eletrônica pelos agentes intervenientes no comércio eletrônico, com a criação adicional de código ou série de nota fiscal que permita identificar que se trata deste tipo de operação;

2. câmara técnica permanente para estudo e sugestão de boas práticas para acompanhar as inovações do negócio eletrônico, e, em caso positivo, propor um modelo institucional a ser adotado;

II – implementar:

a) um sistema de exigência de informações dos agentes intervenientes no mercado eletrônico; e

b) um sistema de atribuições de responsabilidades pelas obrigações tributárias entre os agentes intervenientes no mercado eletrônico.

CLAUSULA QUARTA – A RFB se compromete a adotar providências com vistas à instauração dos trabalhos, ocasião em que será definida a forma de funcionamento das atividades necessárias à consecução dos objetivos estabelecidos neste Protocolo.

CLÁUSULA QUINTA – Os partícipes se comprometem a designar servidores que possuam perfil compatível com as atividades a serem desenvolvidas e a garantir a sua participação nas reuniões e demais atividades necessárias à consecução dos objetivos estabelecidos neste Protocolo.

CLÁUSULA SEXTA - Os Entes da Federação não signatários deste Protocolo poderão aderir ao presente pacto, mediante aceitação de todos os seus termos e concordância expressa da RFB, formalizada em Termo de Adesão específico, que será publicado no Diário Oficial da União.

Parágrafo primeiro. A adesão dos Estados se dará por intermédio de suas Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação.

Parágrafo segundo. A adesão dos Municípios se dará por si ou por meio da entidade representativa que os congregue.

CLÁUSULA SÉTIMA – Qualquer dúvida sobre a aplicação das disposições deste Protocolo será dirimida em comum acordo pelos partícipes.

CLÁUSULA OITAVA – Este Protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Protocolo de Cooperação.

Porto Alegre - RS, de novembro de 2012.

Carlos Alberto Freitas Barreto
Secretário da Receita Federal do Brasil

Andréa Sandro Calabi
Secretário de Estado da Fazenda de São Paulo

Adonias dos Reis Santiago
Secretário de Estado da Fazenda do Distrito Federal

Alexandre Sobreira Cialdini
Presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais